



DIÁRIO DE CLASSE

O boletim do SindProSBO



Sindicato dos Professores de Santa Bárbara d'Oeste

Agosto - 2021 | Edição 026

Reforma administrativa deve ser votada em setembro; É hora de fortalecer a luta!

Sindicatos de servidores, Centrais e movimentos sociais de todo o País estão mobilizados contra a PEC

O SindProSBO segue na luta contra a PEC 32, que representa, na prática, o fim do serviço público. No dia 18 de agosto, manifestações contra a reforma administrativa tomaram as ruas do País e o sindicato não ficou de fora. Agora, a meta é intensificar essa luta, levando informações para a categoria e a sociedade como um todo. É fundamental que todos tenham ciência do desmonte proposto pela PEC 32 para que, dessa forma, pressionem seus deputados a votar contra. Confira abaixo seis motivos para enfrentar essa reforma administrativa e suas consequências.

1 Legaliza a perseguição e a “rachadinha”

A estabilidade do servidor público é garantida em lei e foi criada para dar as condições necessárias para o funcionário desempenhar suas funções sem pressões políticas ou de grupos econômicos. Muitos políticos desejam o fim dessa estabilidade para poder indicar seus amigos aos cargos e ainda ficar com parte dos salários, prática conhecida como “rachadinha”. Com servidores podendo ser dispensados a qualquer momento, aumentam as chances de corrupção, pois o funcionário teria medo de perder seu emprego ao fazer alguma denúncia. Além disso, se a “desculpa” usada pela PEC 32 é afastar os maus servidores, lembre-se que já existem formas na legislação para isso, como o período probatório – tempo utilizado para avaliar se a pessoa que passou no concurso possui aptidão e capacidade para ficar no cargo – e a previsão de demissão por falta grave que constam nos Estatutos dos Servidores Públicos federais, estaduais e municipais.

3 Penaliza os mais pobres

A Reforma Administrativa quer piorar os serviços públicos de propósito para que você concorde com a ideia da privatização. Mas não caia nessa! Se você acha que um serviço público é ruim por conta da falta de funcionários ou da estrutura, a luta deve ser para melhorar esse local e não para acabar com ele. Em tempos de desemprego e custos altos, imagina ter de pagar para colocar seu filho na escola ou ser forçado a ter um plano de saúde.

5 Não acaba com privilégios

Essa é mais uma mentira que os defensores da reforma querem te fazer acreditar. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que analisou dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2019, mostra que a média salarial dos servidores federais, estaduais e municipais é de apenas R\$ 2.727, pois a maioria é formada por profissionais que atuam nos municípios onde são pagos os mais baixos salários do setor. Quem ganha bem, acima de 30 mil reais, **são juízes, promotores, desembargadores, altos cargos das Forças Armadas, ministros e o Presidente da República**. Nesses cargos, a reforma não irá mexer, e são eles que fazem o orçamento “estourar”.

2 Reduz os concursos

Se a PEC passar, será aberta a porteira para a nomeação de familiares e amigos de políticos ocuparem os cargos públicos. Você que estudou por anos, para obter conhecimento e técnica, não terá mais chances de prestar um concurso nos modelos atuais, pois eles passarão a ser temporários ou com prazos indeterminados, mas com possibilidade de demissão.

4 Enfraquece a qualidade dos serviços

A PEC 32 quer congelar salários e carreiras. Imagina você trabalhar por anos ganhando a mesma coisa, com as coisas aumentando a cada ano? Se isso ocorrer, o cargo de funcionário público passará a ser menos atrativo e afastará os bons trabalhadores, fazendo cair a qualidade do serviço.

6 Faltam servidores

Outra falácia que usam é a de que o Brasil tem muitos funcionários públicos. Você que utiliza o postinho de saúde sabe que faltam profissionais para atendimento. O mesmo ocorre na escola de seu filho, com a falta de professores e outros trabalhadores para dar conta da demanda. Em número de servidores, contamos com 11,4 milhões de funcionários públicos, de acordo com IPEA e IBGE. Nos Estados Unidos, esse número é de 24 milhões, conforme o Instituto Brookings. Como moramos num país de tamanho continental, é natural que a quantidade de funcionários seja grande, mas não é o suficiente. Já em relação às despesas com servidores, uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que estamos na média mundial: o Brasil utiliza 13,4% de seu PIB, enquanto Dinamarca (15,3%), África do Sul (14,6%) e França (12,1%) investem de forma parecida.



SindProSBO convida Rafael Piovezan para live sobre 1º semestre de governo

Transmissão nas redes sociais seria oportunidade para a categoria conversar diretamente com o executivo

O SindProSBO acredita no diálogo como ferramenta ideal para construir pontes e compartilhar ideias. Por isso, está convidando o prefeito de Santa Bárbara d'Oeste, Sr. Rafael Piovezan, para uma conversa transmitida nas redes sociais do sindicato. O objetivo é ouvir as avaliações e comentários de Piovezan sobre seu primeiro semestre de mandato, com destaque para as ações no campo da educação.

Caso o prefeito aceite o convite, a categoria e a população como um todo terão a oportunidade de dialogar diretamente com o chefe do executivo municipal, enviando perguntas e comentários em tempo real. Esse seria um grande exercício democrático, viabilizado pelas plataformas digitais.

O SindProSBO tem ciência da agenda sobrecarregada do prefeito. Justamente por isso, a direção do sindicato deixou a data em aberto no convite, permitindo que o poder executivo adeque a atividade em seu cronograma. Agora, o SindProSBO

aguarda resposta da prefeitura e segue na expectativa de que esse importante diálogo seja possível.

Campanha Salarial

Enquanto a prefeitura municipal não responde sobre a conversa com Rafael Piovezan, o SindProSBO segue firme na luta pela recomposição salarial dos professores e professoras da categoria. Como divulgado na última edição do Diário de Classe, a direção do sindicato está acompanhando as negociações salariais em outras cidades do Estado de São Paulo, identificando casos em que, mesmo com a Lei 173, a correção salarial foi garantida.

Em diversos municípios, essa recomposição foi definida para janeiro de 2022, quando a Lei 173 não estará mais em vigor. Essa é justamente a alternativa defendida pelo sindicato. Cabe agora ao poder público ouvir a categoria e demonstrar que realmente valoriza a educação pública e seus trabalhadores e trabalhadoras.



SINDPROSBO REALIZA REUNIÃO COM PRESIDENTE DA CUT SP

A nova sede do SindProSBO recebeu uma visita especial no dia 20 de agosto. Com muita alegria e hospitalidade, a diretoria do sindicato recebeu o companheiro Douglas Izzo, presidente da CUT SP. A conjuntura nacional e desafios enfrentados pela classe trabalhadora estiveram entre os assuntos abordados na conversa. Seguiremos de portas abertas para mais visitas e diálogos com nossa Central Sindical.